



Encontro Nacional de Controle Interno

Gestão Fiscal Responsável

Otávio Ladeira de Medeiros
Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

Agosto de 2016

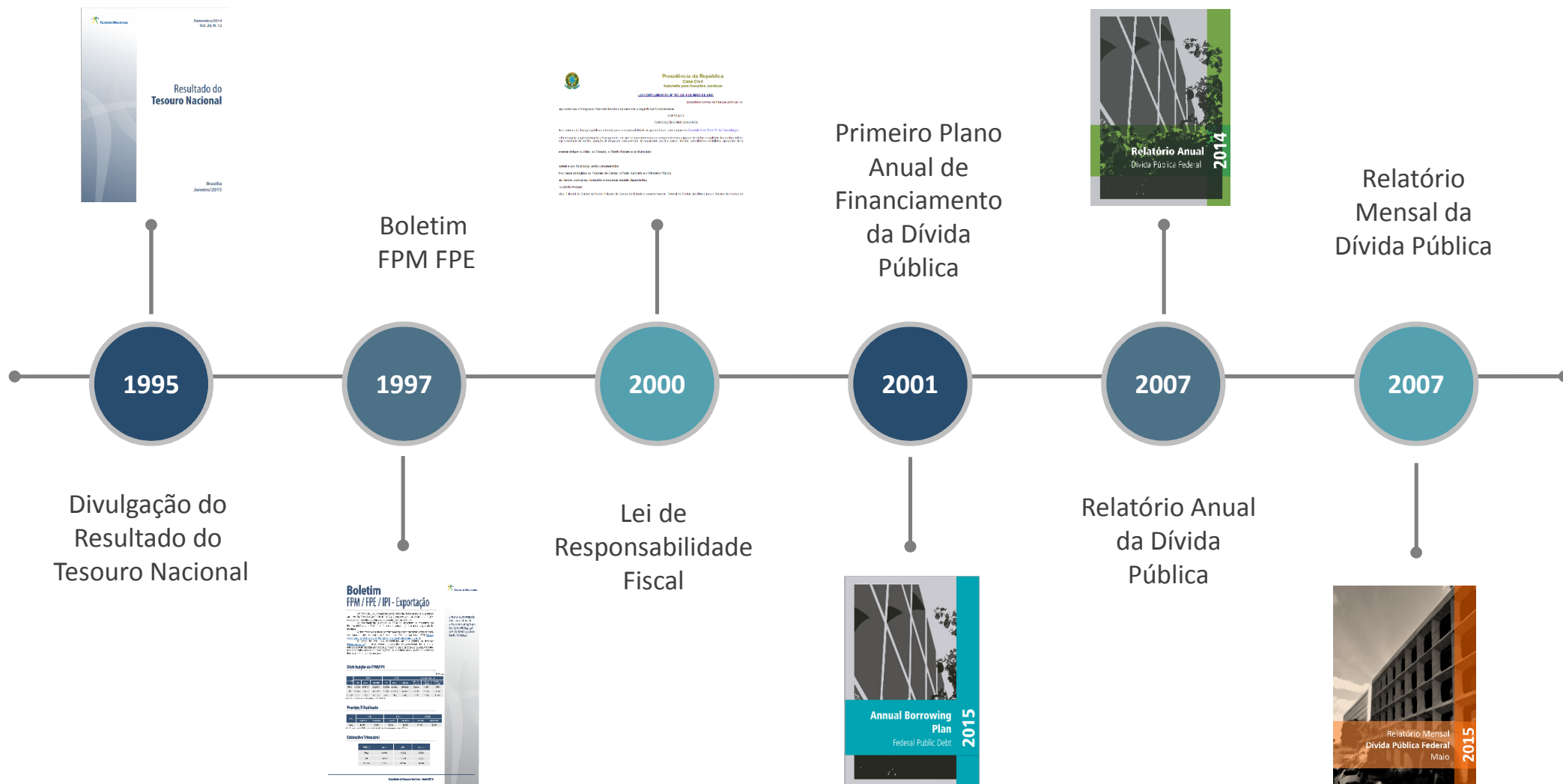
Sumário da apresentação

I. Transparência Fiscal

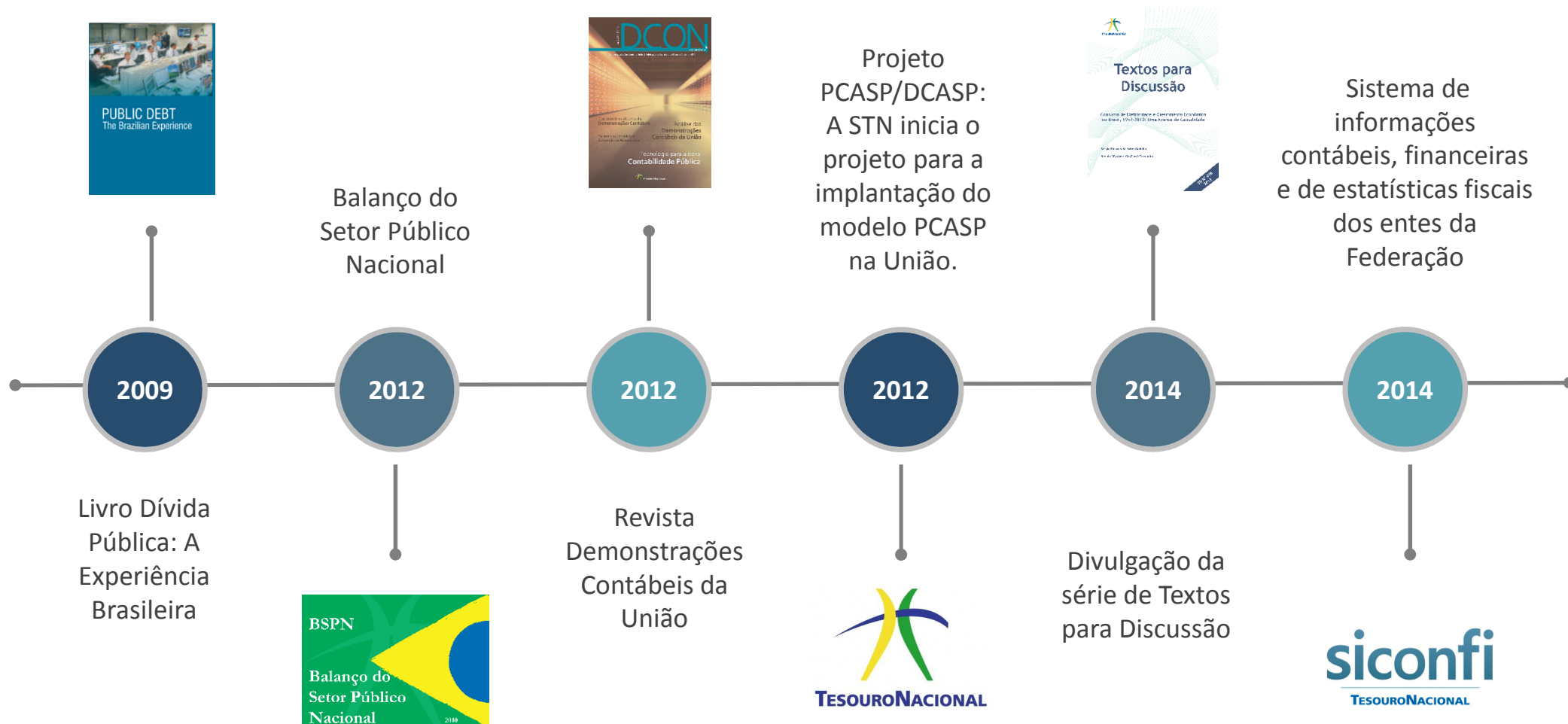
II. Desafios para a gestão eficiente da Política Fiscal

III. Fortalecimento institucional da Política Fiscal

I – Transparência: avanços institucionais - muito além de determinações legais



I - Transparência: avanços institucionais - muito além de determinações legais



I - Transparência: avanços institucionais - muito além de determinações legais




I – Transparência no Tesouro Nacional: BGU em destaque

BGU 2015 no contexto das reformas contábeis

Base Metodológica para as Mudanças

- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – que tem como base:
 - I. International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)
 - II. International Financial Reporting Standards (IFRS)
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)
- Lei no 4.320/1964
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000)

Observações

- O Patrimônio Líquido negativo é comum em países que já adotaram ou iniciaram a transição para o regime de competência

- Haverá novas mudanças nos próximos exercícios (Portaria STN nº 548/2015 definiu Plano de Implantação, com prazo até 2021)

Principais Mudanças

- Adoção do regime de competência
- Implementação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Balanço Financeiro apresenta receitas e despesas orçamentárias por fonte de recurso, ao invés de por natureza econômica ou classificação funcional
- Atos potenciais no BGU referem-se aos saldos a serem executados
- Desreconhecimento do ativo do crédito tributário com exigibilidade suspensa (GT CT)
- Alteração no registro de passivos, provisões e passivos contingentes (GT TN)
- Balanço orçamentário refletindo as etapas da execução orçamentária

Resultados

- Incorporação de passivos e baixa de ativos
- Inversão do patrimônio líquido da União

I – Transparência no Tesouro Nacional: BGU em destaque

Exigências das Normas Internacionais de Contabilidade

País	Passivo Atuarial	Ajuste para Perdas	Ativos de Infraestrutura	Provisões e Passivos Contingentes	Informações por Segmento	Partes Relacionadas
Reino Unido	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Austrália	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Nova Zelândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
França	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Canadá	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Brasil	Sim	Sim	Sim (apenas rodovias)	Sim	Não	Sim, parcialmente

I – Transparência no Tesouro Nacional; BGU em destaque

Reconhecimento de passivos, provisões e passivos contingentes:

- Portaria AGU nº 40/2015: Estabeleceu critérios e procedimentos da Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias e fundações públicas;
- Impactos:
 - Aumento do Passivo Não Circulante (R\$ 56,4 bilhões); e
 - Evidenciação de Passivos Contingentes (R\$ 388 bilhões).
- Destaque para a Portaria Conjunta STN e PGF nº 8/2015 que será adotada pelas autarquias e fundações públicas no exercício de 2016.

I – Transparência no Tesouro Nacional: BGU - próximos passos

CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO	
ATIVO	PASSIVO
2015 Dívida Ativa (-) Ajuste para perdas	Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)
2016 Bens móveis e imóveis (exceto pat. cult. e infra.) (-) Depreciação e exaustão	
2017 Investimentos Permanentes (participação em estatais, outros) 9	Obrigações de benefícios a empregados
2018 Demais Créditos a receber (exceto tributários, previdência e contribuições)	
2019 Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários)	Provisão atuarial do regime próprio de previdência (servidores civis e militares)
2020 Créditos previdenciários por competência	
2021 Softwares, marcas, patentes e licenças	Obrigações com fornecedores
2022 Estoques e Intangível	
2023 Bens de infraestrutura e do patrimônio cultural (quando passíveis de registro)	Provisões por competência

I – Transparência no Tesouro Nacional: Administração da Dívida Pública

Administração da Dívida Pública

▪ PAF - Plano Anual de Financiamento

- Expõe o conjunto de objetivos, diretrizes e metas que serão observados na gestão da Dívida Pública Federal no ano.
- Publicado desde 2001, no link <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/plano-anual-de-financiamento>

▪ RAD – Relatório Anual da Dívida

- Apresenta os resultados e os principais avanços no gerenciamento da dívida ao longo do ano anterior. Prestação de Contas do PAF.
- Publicado desde 2004, no link <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-anual-da-divida>

▪ RMD – Relatório Mensal da Dívida

- Apresenta informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, dentre outras. Além disso, o documento contém informações sobre o programa Tesouro Direto e realiza acompanhamento do Plano Anual de Financiamento.
- Publicado desde 2007, no link <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-mensal-da-divida>

▪ Livro da Dívida Pública

- Lançado em 2009, fruto de uma parceria com o Banco Mundial, o livro "Dívida Pública: A experiência brasileira" explora a experiência do país no gerenciamento da dívida pública, em documento único, ao abranger desde os primeiros registros de endividamento brasileiro até o atual estado de administração da Dívida Pública Federal;
- Publicado no link <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/livro-divida-publica-a-experiencia-brasileira>

I – Transparência no Tesouro Nacional: SICONFI



O que é:

- O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público – SICONFI destina-se ao recebimento, envio e disponibilização pública de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Objetivo:

- Criar condições para a integração da contabilidade orçamentária, patrimonial e analítica, automatizando o processo de coleta de informações contábeis e fiscais.

Siconfi em 2015:

- Substituiu o antigo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - SISTN. Todos os relatórios fiscais e as contas anuais foram recepcionados pelo Siconfi. Foram homologados mais de 30 mil declarações; existem 27 mil usuários ativos; e foram registrados 20 mil atendimentos pelo canal "Fale Conosco".

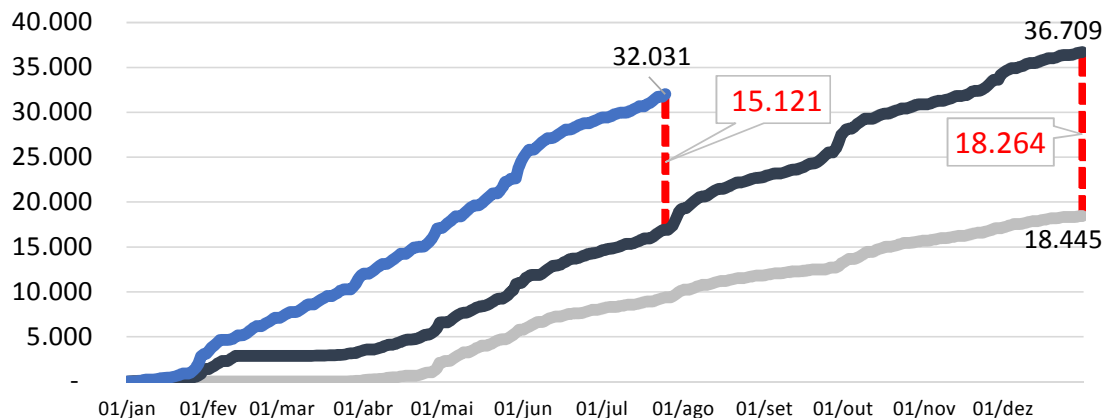
Projeto de Lei Complementar (PLP 257/2016) enviado ao Congresso: :

- Estabelece que os entes devem disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais no SICONFI, permitindo **amplo acesso público**.

Em 2015, alguns Tribunais de Contas tornaram obrigatória a homologação dos dados no SICONFI

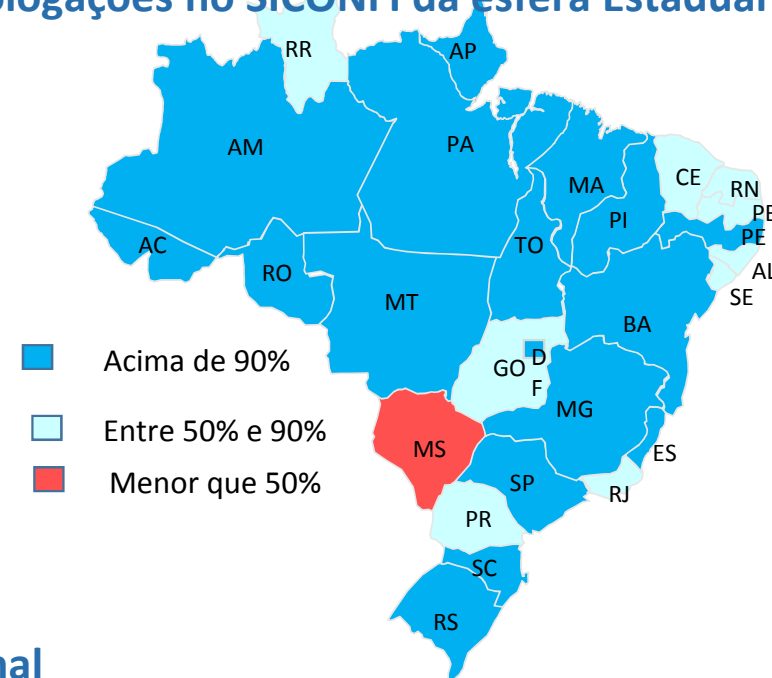
I – Transparência no Tesouro Nacional: SICONFI

Total de Declarações Homologadas no Siconfi



▬ Diferença
 ▬ 2014*
 ▬ 2015**
 ▬ 2016**
 Fonte: CODIN e CCONF/STN/MF-DF * SISTN; ** SICONFI

Homologações no SICONFI da esfera Estadual



Oportunidades no relacionamento entre Conaci e Tesouro Nacional



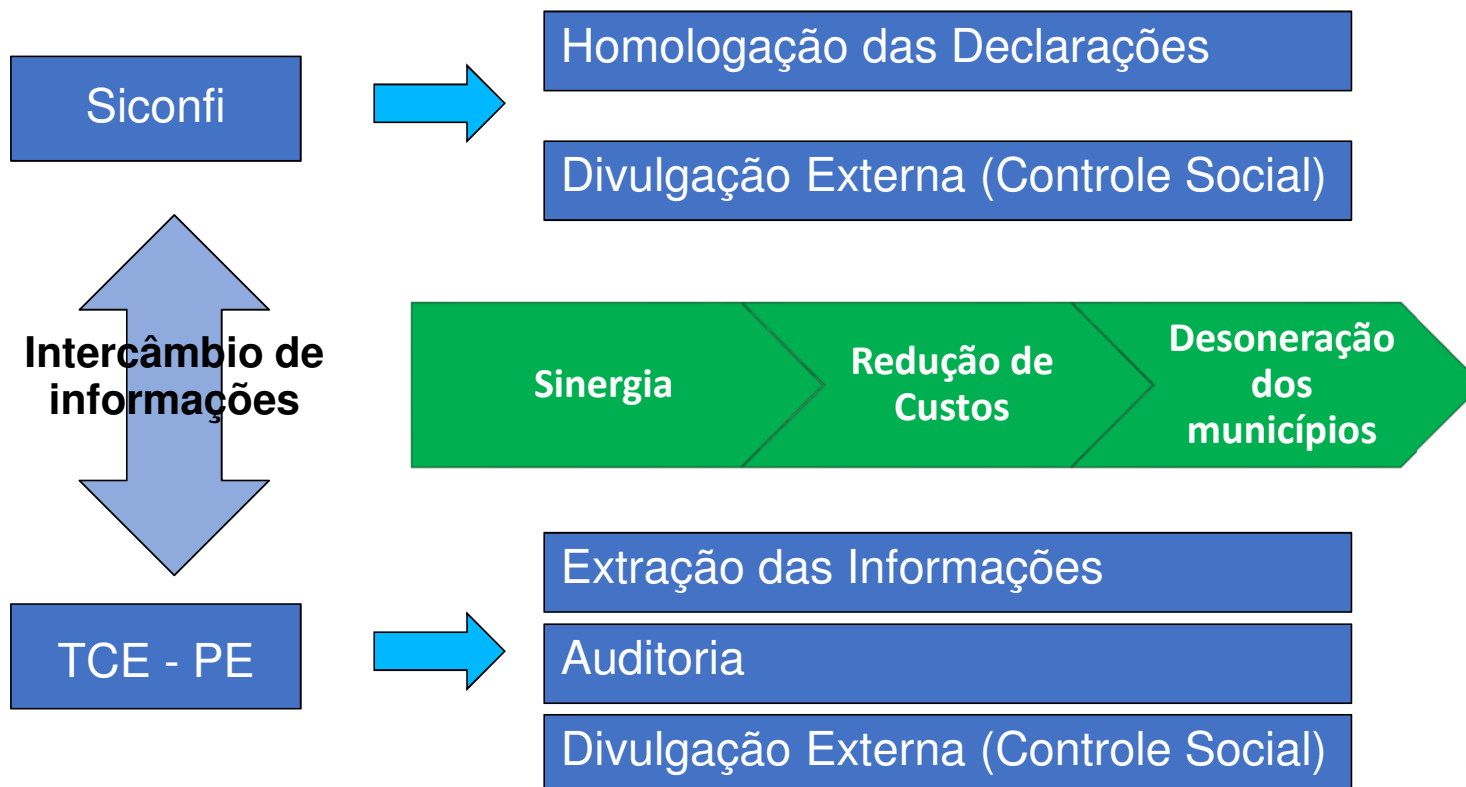
“Exerce um papel mobilizador fundamental ao criar e promover sistemas de controle para a construção de gestões públicas mais eficientes e assertivas”



O relacionamento entre Conaci e STN pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias e ferramentas de controle. A Conaci pode auxiliar na disseminação do uso do Siconfi.

I – Transparência no Tesouro Nacional: SICONFI

Caso prático: TC-PE oficializa o SICONFI como meio de envio das informações ao tribunal



Resultados

- **Homologação dos municípios de PE é de 99%**, bem acima da média geral de 62%
- Ampliação do controle social



I – Transparência no Tesouro Nacional: próximos passos

Novo Resultado do Tesouro Nacional

- Apresenta o **resultado primário do Governo Central**
- Inclui Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de descrição de receitas e despesas primárias
- Apresentação das tabelas com números **corrigidos pelo IPCA**, assim como a variação descontada a inflação, tornando-as comparáveis com outros dados divulgados pelo governo, como a arrecadação de tributos federais
- Novo modelo de **publicação anual do Resultado do Tesouro Nacional**, apresentando análise analítica do comportamento das receitas e despesas ao longo do ano bem como análises de temas de interesse no período analisado

Boletim de Estatísticas Fiscais Trimestrais do Governo Geral

- **Publicação trimestral que apresenta as estatísticas fiscais do Governo Geral** (União, estados e municípios), permitindo análise mais ampla e detalhada da avaliação das políticas públicas e sustentabilidade fiscal
- Divulgação **harmonizada com o IBGE e compilada de acordo com os padrões internacionais** definidos pelo FMI, o que permite a comparação com outros países
- As estatísticas têm diversas fontes oficiais, que são **tratadas para garantir a consistência e padronização**
- As séries históricas de estatísticas trimestrais são **disponibilizadas no site da STN, tanto pelo regime de caixa, quanto de competência**

Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais

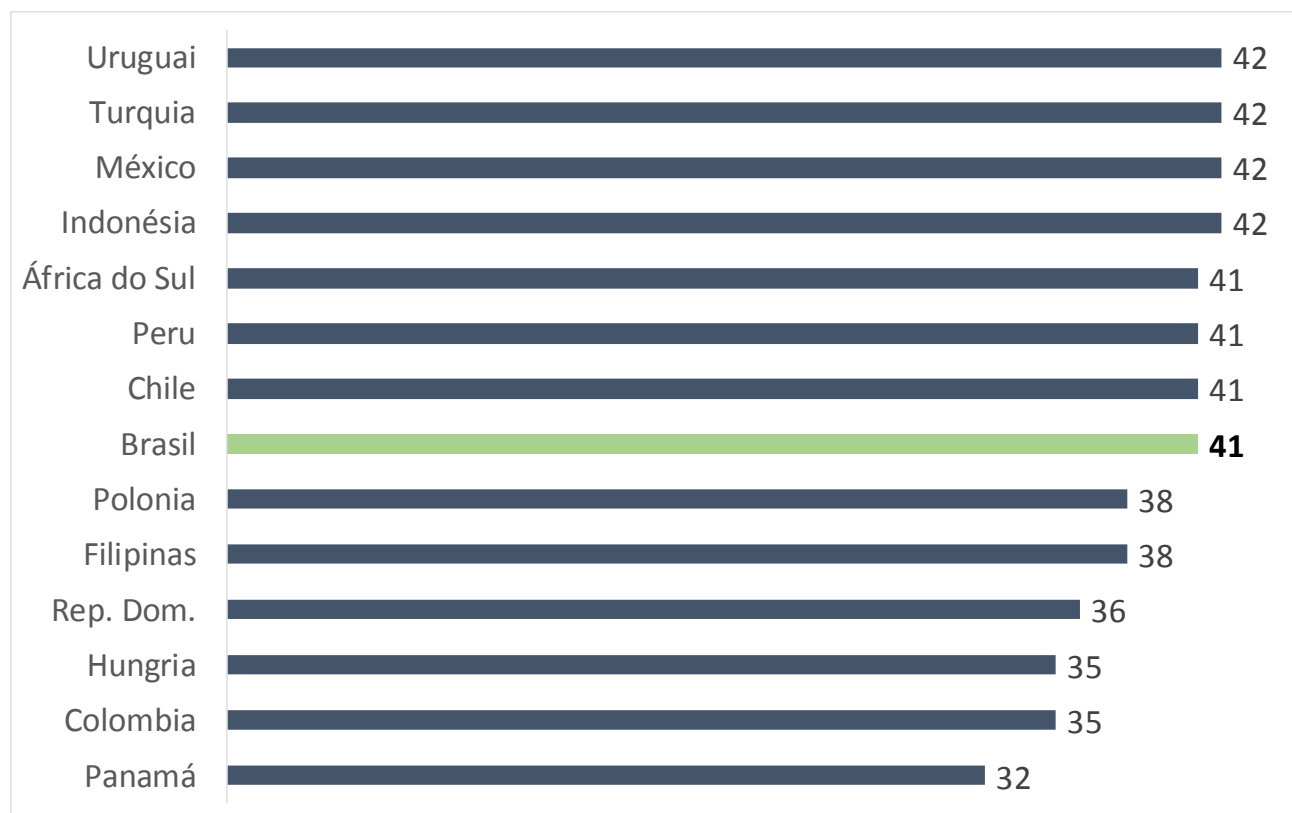
- Publicação anual que visa **ampliar a transparência das relações federativas e contribuir para o processo de sustentabilidade fiscal de Estados e Municípios**
- Permite um aprofundamento na análise das **principais variáveis fiscais dos entes**, como as evoluções dos resultados primários, dos níveis do endividamento e do percentual de gasto com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida
- Divulgação das **informações fiscais individualizadas dos entes**
- Publicação **inclui as fontes primárias** utilizadas no boletim, o que confere mais transparência às análises

I - Transparência: avaliações externas - IIF

Instituto Internacional de Finanças – IIF

O Brasil está entre os países com o melhor ranking de relacionamento com investidor entre os países emergentes.

A constatação é do Relatório de Avaliação de Relações com Investidores, divulgado em 2014, pelo Instituto Internacional de Finanças – IIF,



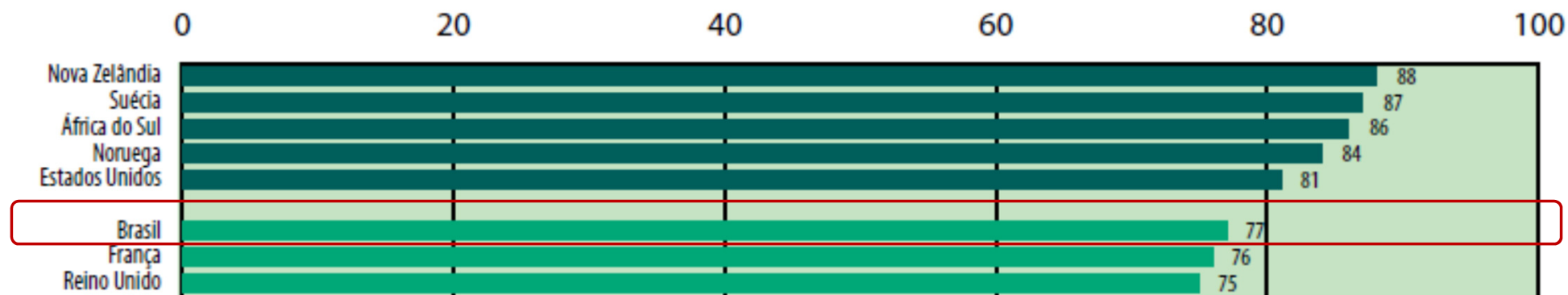
Nota: O Brasil não recebeu 42 pontos por não realizar *conference call* com investidores em 2014. Esta prática foi retomada em 2015.

I - Transparência: avaliações externas - OBI

Open Budget Index – Índice do Orçamento Aberto

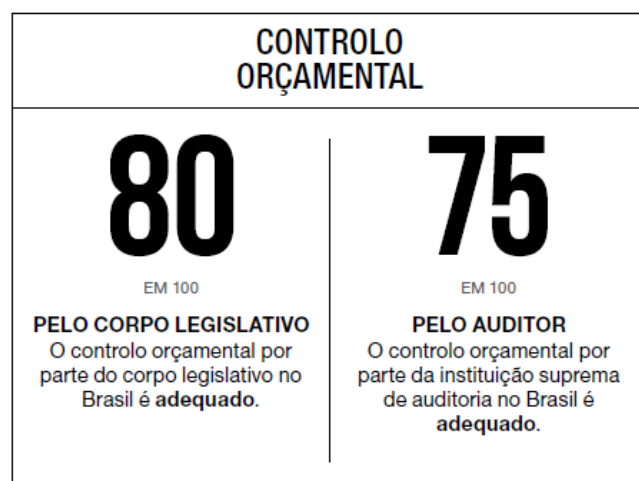
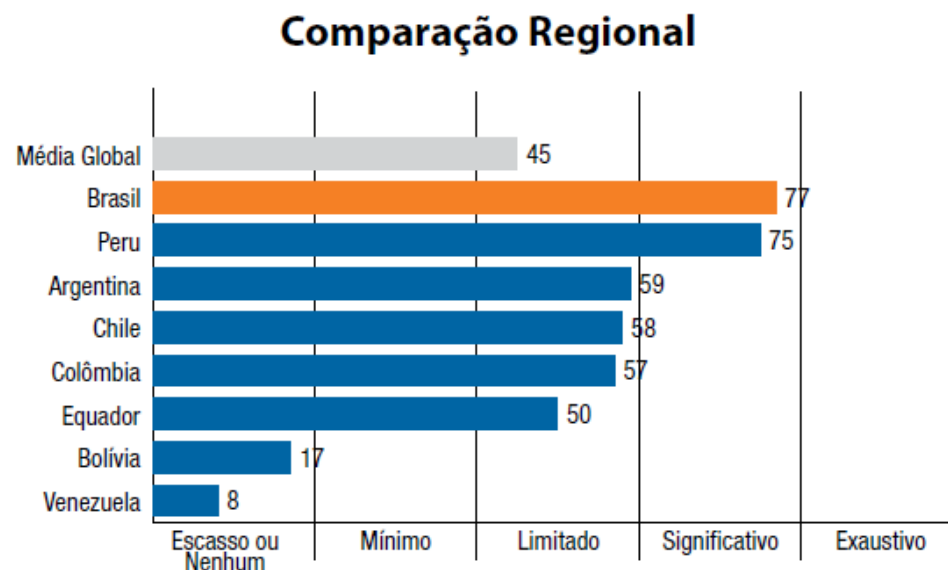
- A Pesquisa sobre o Orçamento Aberto utiliza **critérios internacionalmente aceitos** e desenvolvidos por organizações multilaterais como o FMI, a OCDE e a Organização Internacional de Instituições de Auditoria Suprema – INTOSAI.
- A Pesquisa considera **109 indicadores** para determinar a transparência orçamentária. Estes indicadores são utilizados para avaliar se o governo central disponibiliza tempestivamente os principais documentos orçamentários ao público e se os dados contidos nesses documentos são abrangentes e úteis.
- A cada país é dado **um resultado até 100**, o qual determina a classificação desse país no Índice do Orçamento Aberto, a única medida independente e comparativa de transparência orçamentária. **O Brasil ficou com a 6ª posição, alcançando 77 pontos.**

Open Budget Index Ranking – Primeiros colocados



I – Transparência: avaliações externas _ OBI

Open Budget Index – Resultados do Brasil



I - Transparência: avaliações externas - FMI

Avaliação de transparência fiscal do FMI – Histórico

- Em 1998, o FMI publicou o **Código de Boas Práticas de Transparência Fiscal** e o **Manual de Transparência Fiscal**
- Em 2005, o FMI publicou o **Guia de Transparência para Receitas de Recursos Naturais**
- A última versão completa destes documentos é de **2007**
- Os documentos **foram atualizados** e passaram a ser denominados da seguinte forma:

2007

Código de Boas Práticas de Transparência Fiscal

Manual de Transparência Fiscal

Fiscal ROSCs



2015

Código de Transparência Fiscal

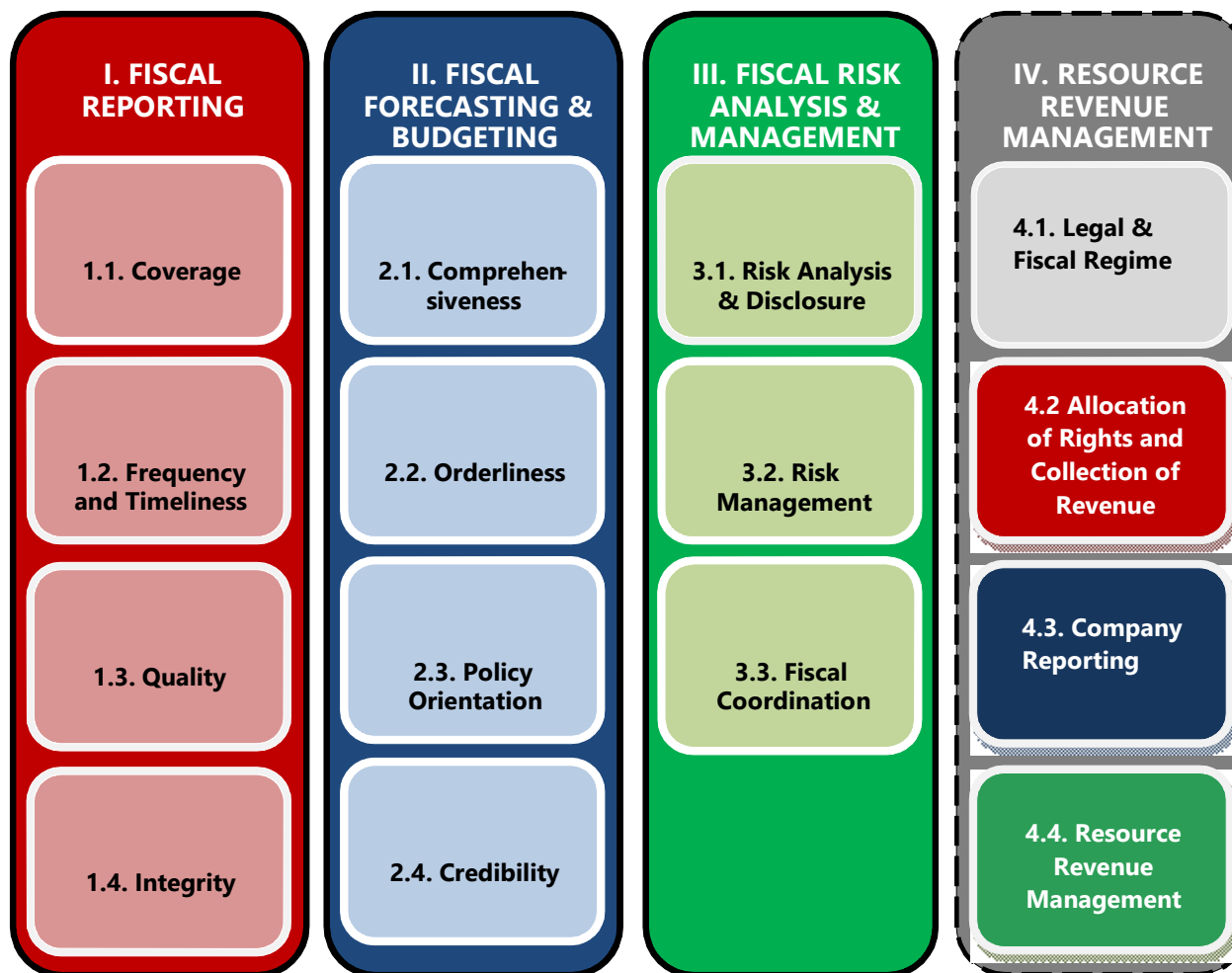
Manual de Transparência Fiscal

Avaliação da Transparência Fiscal (FTE)

- O **Código** define uma série de dimensões em que a transparência fiscal pode ser aferida
- Em missões aos países interessados, o FMI produz a **Avaliação da Transparência Fiscal - FTE**, um documento em que cada dimensão é avaliada qualitativamente com base no Código
- Recentemente foi concluída FTE para o Brasil (ver slide a seguir)

I - Transparência: avaliações externas - FMI

Novo código de Transparência Fiscal do FMI - Pilares



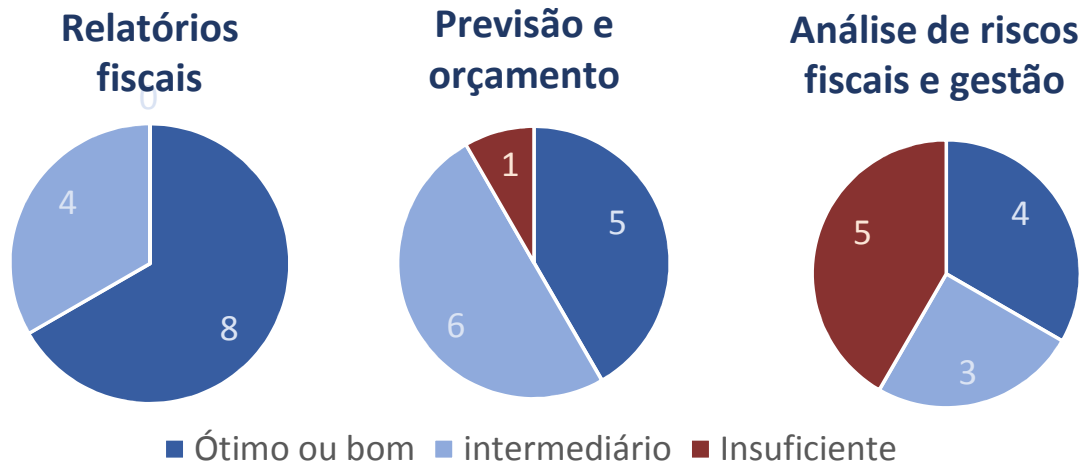
I - Transparência: avaliações externas - FMI

Em junho de 2016, o FMI publicou primeira minuta da Avaliação da Transparência Fiscal do Brasil, na qual se reconhece que **o país apresenta conceito bom ou avançado para a maioria dos temas na divulgação de estatísticas e transparência fiscal.**

Para o país alcançar a excelência, foram elencados alguns **pontos a evoluir**, dos quais se destacam:

- Expandir a cobertura institucional dos relatórios fiscais, incluindo Petrobrás, Eletrobrás e bancos públicos;
- Criar uma instituição fiscal independente e revisar a lei de orçamento;
- Publicar análise de sustentabilidade fiscal de longo prazo, com auxílio a formação de consenso para reformas estruturais

Avaliação do FMI sobre as principais práticas fiscais - por tema



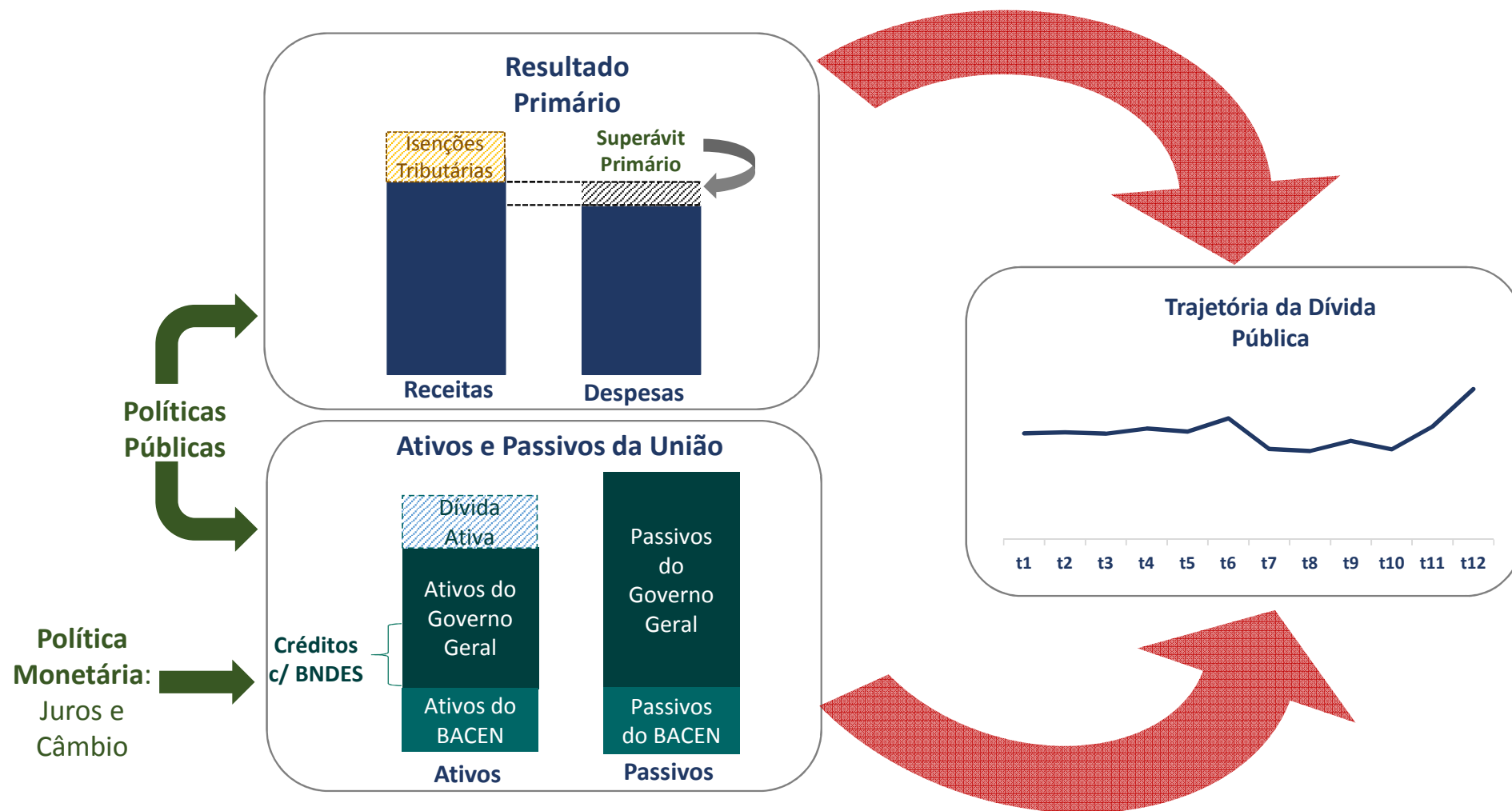
Práticas de alta importância – detalhamento da avaliação

Relatórios Fiscais	Previsão e Orçamento	Análise de Riscos e Gestão
Abrangência das instituições	Previsões macroeconômicas	Riscos macroeconômicos
Abrangência de estoques	Diretrizes de médio prazo	Sustentabilidade de LP
Abrangência de fluxos	Projetos de investimentos	Gestão de ativos e passivos
	Avaliação independente	Bancos públicos

Fonte: FMI, com elaboração STN

II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal

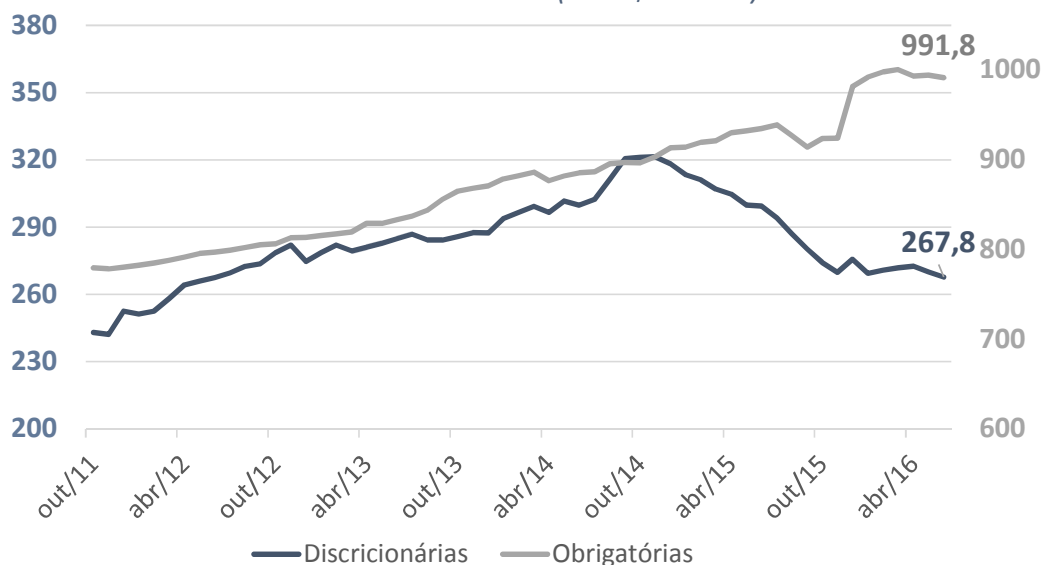
Muito além das receitas e despesas orçamentárias



II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal

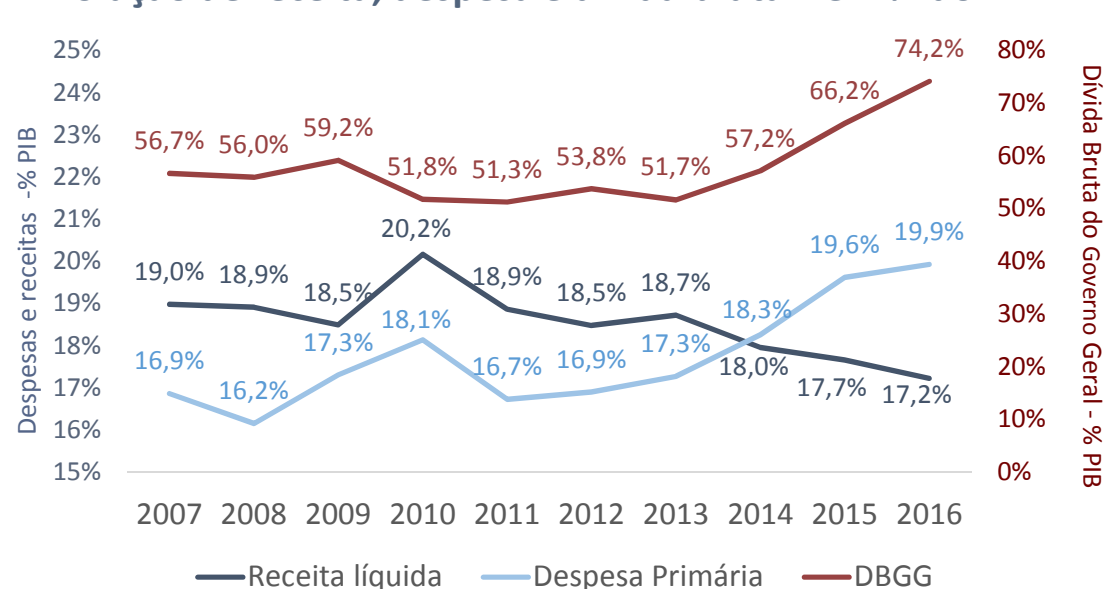
Evolução de despesas do Governo Central

Acumulado 12 meses (em R\$ bilhões)



Fonte: RTN. A preços de jun/16 – IPCA

Evolução de receita, despesa e dívida bruta – em % do PIB



Fonte: STN. DBGG em escala diferente

A dívida Brasileira em 2016 aponta para 74,2% PIB, enquanto a mediana dos países com rating equivalente ao do Brasil (BB) está em torno de 40%.

Reformas estruturais: o ajuste fiscal, deve-se dar através da redução de despesas obrigatórias, pois o espaço para redução de despesas discricionárias é reduzido.

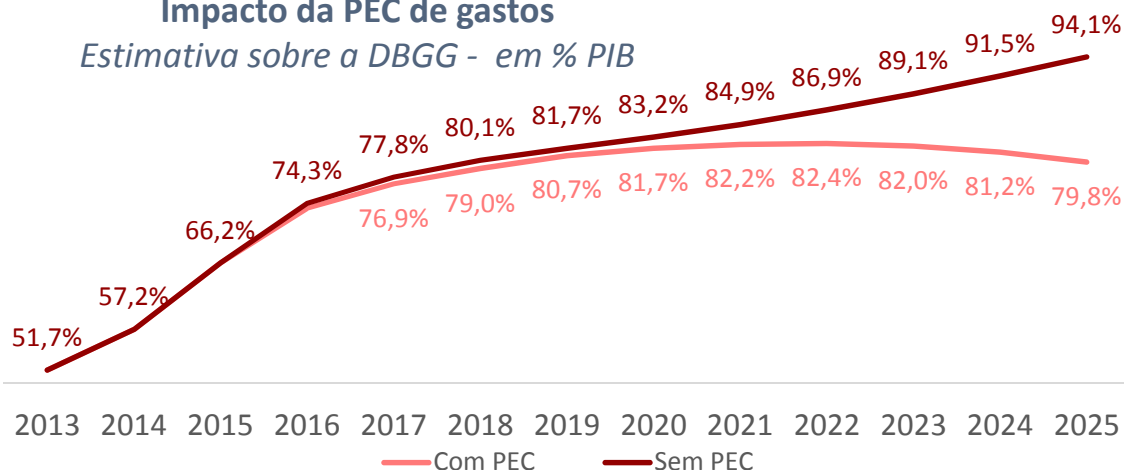
Três instrumentos importantes para liberar e redirecionar despesas obrigatórias:

- Reforma da previdência
- Avaliação de políticas públicas
- Estancamento de renúncia fiscal

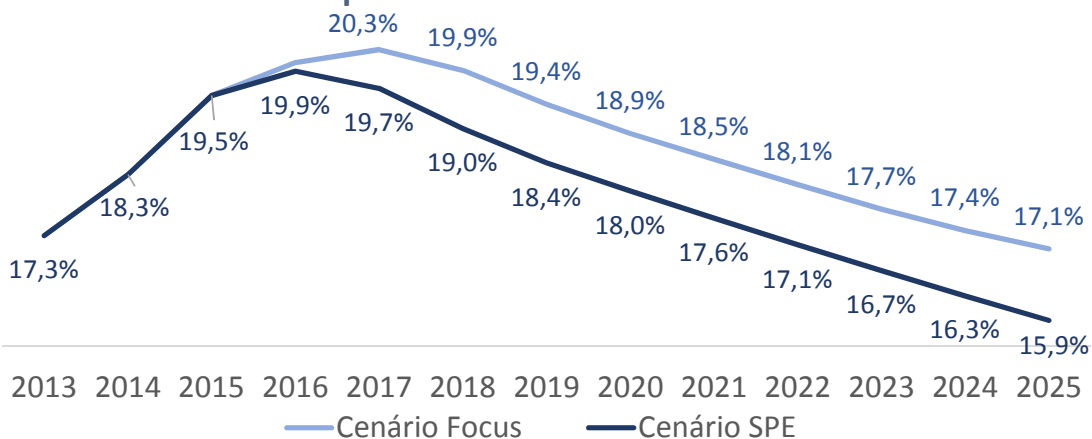
II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: PEC dos gastos

Impacto da PEC de gastos

Estimativa sobre a DBGG - em % PIB



Comparativo de cenários para impacto PEC sobre a despesa – em % do PIB



- Frente ao grave descasamento entre despesas e receitas, a DBGG pode ultrapassar 94% do PIB em 2025, segundo estimativas de mercado
- Para evitar esse cenário, o MF propôs a PEC n.º30/2016, que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior
- Essa proposta elimina o crescimento real do gasto público e poderá colocar a DBGG em trajetória de queda a partir de 2022
- Dependendo do cenário de previsão, as despesas poderão voltar a patamar de 2013 entre 2022 e 2025

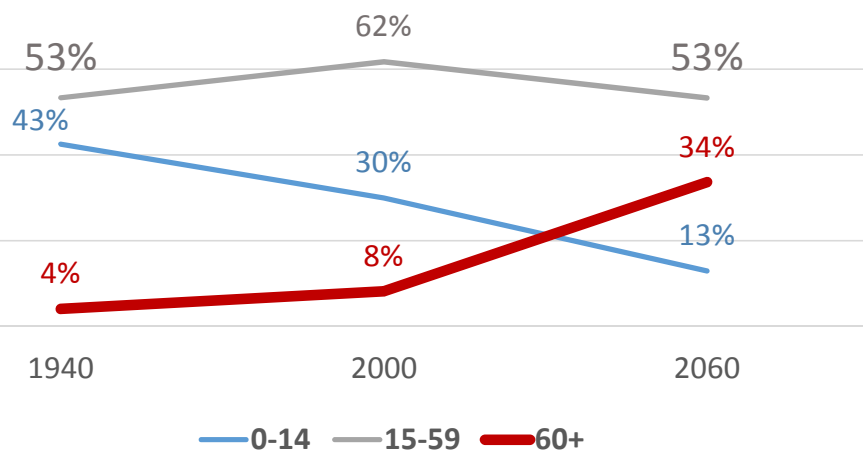
II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: Previdência

Resultado da previdência em 2015 – discriminado por regime - R\$ bilhões

	União	RGPS	RPPS
Receitas	383,8	351,7	32,1
Despesas	535,3	430,6	104,7
Resultado	-151,5	-78,9	-72,5

Fonte: RREO-STN

Projeção da composição etária da população brasileira



Fonte: IBGE

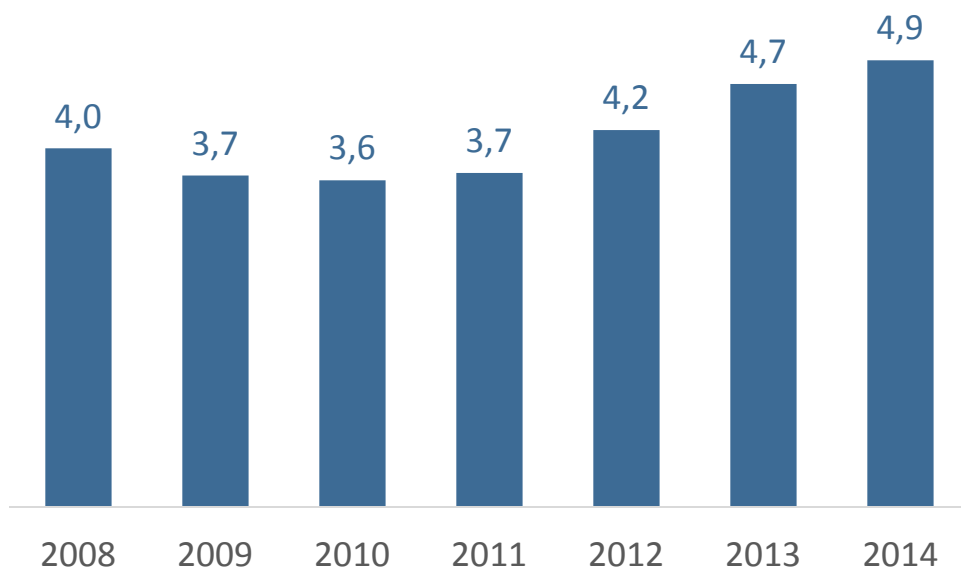
Em 2015, o déficit da previdência foi de 1,46% do PIB. Para 2016 a expectativa é de 2,36% do PIB. Essa elevação inesperada reforça a relevância da reforma da previdência.

Princípios gerais da reforma da previdência

- **Tratamento isonômico:** busca de unificação de regras para os beneficiários
- **Conversão a padrões internacionais:** regras brasileiras são peculiares em especial na questão de ausência de idade mínima, acentuada diferenciação por gênero e categoria profissional e vinculação ao salário mínimo
- **Correção da estrutura de incentivos:** atualmente não existe incentivo para o trabalhador rural contribuir e pedir aposentadoria por idade
- **Simplificação de regras e transição:** reforma deve ser clara, simples e previsível, de forma permitir o planejamento financeiro do beneficiário

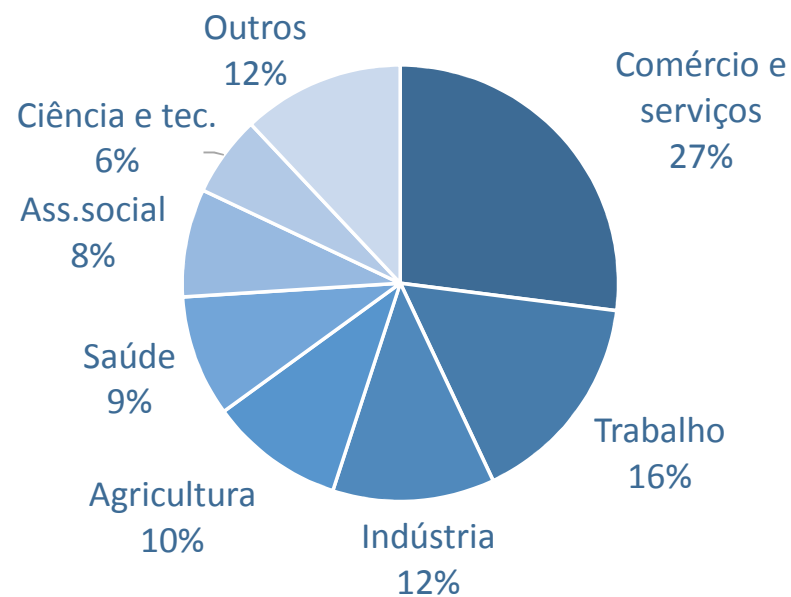
II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: Gastos Tributários

Evolução dos gastos tributários no Brasil – em % do PIB



Fonte: Receita Federal do Brasil

Composição funcional dos gastos tributários em 2015



Fonte: LOA, elaboração STN

II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: Concessões e privatizações

Agenda de concessões e privatizações

Alternativa para aumentar o investimento, reduzir despesas e gerar receitas, além de disponibilizar à sociedade melhor qualidade e eficiência de infraestrutura logística e serviços públicos

Privatizações e venda em participações

Eletrobrás:

- Celg : previsto para 19/8
- 6 distribuidoras do N e NE, previstas para final de 2017
- Venda de sociedade de propósitos específicos e participações minoritárias

Infraero (medidas em avaliação):

- Parceiro privado para Congonhas e Santos Dumont
- Venda de participação nos aeroportos concedidos

Concessões

- **Energia elétrica:** 5 usinas hidrelétricas, com aprox. 5 Gw médios de garantia física
- **Petróleo:** campos unitizáveis, novos campos do pré-sal e realização da 14ª rodada (pós-sal)
- **Aeroportos:** Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador

Outras iniciativas

- Fortalecimento das agências reguladoras
- Gestão de empresas estatais: busca de parceiros privados para melhoria da eficiência
- Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)

II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: avaliação de políticas públicas

Usualmente, a avaliação de políticas públicas...

(1) é restrita às políticas que impactam as despesas orçamentárias primárias

- Sustentabilidade fiscal deve considerar universo mais amplo: “tudo que afeta a dívida”
- Receitas não arrecadadas: benefícios tributários e dívida ativa
- Políticas que geram despesas não primárias: subsídios e subvenções

(2) é restrita aos questionamentos iniciais

- Quais são os objetivos da política pública ?
- A política pública possui metas ?
- Os recursos foram gastos conforme previsto ?

(3) não migra para questionamentos que privilegiem a eficácia e o custo de oportunidade da política pública

- Os objetivos da política pública estão corretos ?
- As metas estão alinhadas com os objetivos ?
- A política encaminha de forma correta os incentivos ?
- A política é reavaliada regularmente ?
- A política tem período de vigência definido ?
- Os recursos gastos são razoáveis, à luz de outras prioridades ?
- Há políticas mais eficazes para alcançar o mesmo objetivo ?

II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: avaliação de políticas públicas

Avaliando o Caso Brasileiro

- **Esforços significativos são realizados pelos Ministérios**
 - ✓ Experiências nos setoriais: SAGI, INEP, Ministério da Saúde, entre outros
 - ✓ Experiências no Ministério da Fazenda: STN e SPE
- **Apesar disso, *Diagnóstico e Perfil de Maturidade dos Sistemas de Avaliação de Programas Governamentais da Administração Federal Direta*, realizado pelo Tribunal de Contas da União em 2010/2011, resume nossa trajetória:**
 - ✓ baixa institucionalização dos sistemas de avaliação na administração federal direta;
 - ✓ expressiva influência das demandas avaliativas externas aos programas (órgãos de controle);
 - ✓ deficiências sistêmicas na capacidade de gestão e implementação dos programas e políticas;
 - ✓ baixa capacidade de produzir informações sobre o desempenho e os resultados dos programas;
 - ✓ evidências de pouca relevância para a revisão e garantia de efetividade dos programas;
 - ✓ elaboração de indicadores de monitoramento e avaliação realizadas nos Ministérios Setoriais, mas sem foco, sem acompanhamento de resultados e sem uma estruturação coordenada e planos de ação bem delimitados.

II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: avaliação de políticas públicas

O que diz a experiência internacional ?

Avaliação de programas e políticas públicas do Governo é prática comum dentre as economias avançadas.

Algumas lições da experiência da OCDE:

- ✓ Avaliações *top-down* não funcionam
- ✓ Avaliações devem ser regulares e integradas ao processo de elaboração orçamentária
- ✓ Em condições normais a avaliação seletiva é a melhor abordagem

UK, Canadá, EUA, Dinamarca, Holanda, Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Itália, Irlanda são exemplos dessa prática.

Monitoramento e Avaliação (M&A) integram indicadores que perpassam todas as etapas de uma política pública.

Instrumentos comuns dos sistemas de M&A:

- ✓ Existência de marco legal que atribui papéis aos órgãos setoriais e centrais, bem como entre Executivo e Legislativo
- ✓ Padronização nos diferentes tipos de avaliação
- ✓ Apresentação dos resultados vinculada ao processo de elaboração do orçamento

Na América Latina, sistema de M&A foi institucionalizado no Chile, na Colômbia e no México.

II – Desafios para a gestão eficiente da política fiscal: avaliação de políticas públicas

O que diz a experiência internacional: O exemplar caso do Chile

- ✓ Instituição desde 1997
- ✓ Cronograma e papéis bem definidos
- ✓ Coordenação de avaliações para a elaboração orçamentária
- ✓ Entre as linhas de avaliação, tem-se a **avaliação de impacto**
- ✓ Publicidade ampla dos resultados das avaliações

Programa / Institución	Línea de evaluación	Año de protocolo	Ministerio	Servicio público	Calificación	Descargar
Apoyo a Víctimas	EPG	2015	Ministerio del Interior y Seguridad Pública	Subsecretaría de Prevención del Delito	Desempeño Suficiente	 
Infraestructura Hidráulica Agua Potable Rural (APR)	EPG	2015	Ministerio de Obras Públicas	Dirección General de Obras Públicas	Desempeño Suficiente	 
Instituto de Fomento Pesquero (IFOP)	EPG	2015	Ministerio de Economía, Fomento y Turismo	Subsecretaría de Economía y Empresas de Menor Tamaño	Desempeño Suficiente	 
ProChile	EPG	2015	Ministerio de Relaciones Exteriores	Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales	Desempeño Suficiente	 
Regularización Títulos de Dominio	EPG	2015	Ministerio de Bienes Nacionales	Subsecretaría de Bienes Nacionales	Desempeño Suficiente	 
4 a 7	EPG	2015	Ministerio de Desarrollo Social	Servicio Nacional de la Mujer	Desempeño Insuficiente	 



III – Fortalecimento institucional da Política Fiscal

1. Nova Lei de Finanças

- Atualizar a Lei n.º 4.320/1964, visando melhores práticas orçamentárias, contábeis e financeiras
- Normatiza a execução de investimentos públicos
- Adequar as peças orçamentárias ao planejamento de médio prazo
- Disciplinar o acúmulo de restos a pagar
- O PLS 229 conta com apoio da STN, e está sendo priorizado no Congresso Nacional

2. Implementação do Conselho de Gestão Fiscal

- Melhorar composição, para torna-lo mais técnico e efetivo
- Estruturar mecanismos para coordenação entre os entes da federação
- Padronizar as práticas contábeis e as normas dos relatórios fiscais
- Harmonizar e disseminar prática dos órgãos de controle para avaliação de contas dos entes federados

3. Fortalecimento da LRF

- Corrigir as falhas que permitiram a deterioração das finanças dos entes públicos
- Atuar de forma a complementar às mudanças do PLP 257 (o PLP, que trata da renegociação das dívidas dos Estados, contem mecanismos para melhorar a gestão dos gastos públicos)
- Fortalecer mecanismos de controle *ex ante*

4. Endividamento de entes subnacionais

- Reavaliar o processo atual e definir critérios técnicos para nortear a concessão de garantias pela União
- Três objetivos:
 - desburocratização
 - premiação dos entes em melhor situação fiscal
 - maior equidade

III – Fortalecimento institucional da Política Fiscal

5. Limite de endividamento da União

- Fortalecer o marco institucional, com objetivo de restringir o endividamento, a exemplo de outros países
- Ancorar as expectativas dos agentes econômicos
- Acionar mecanismos de controle *ex ante* da expansão das despesas públicas

6. Relacionamento entre União e Bacen

- Evitar que variações cambiais gerem elevadas transferências do Banco Central para o Tesouro Nacional ou impliquem aportes significativo de títulos públicos para a autoridade monetária

Muito obrigado!

